

Donos de terreno de marinha criam associação

Foi criada na noite de ontem a Associação dos Moradores em Terrenos de Marinha, em reunião no Colégio Americano da Praia do Canto. O vereador de Vitória e presidente da Associação de Moradores da Praia do Canto, José Carlos Lyrio Rocha, idealizador da associação, explica que a proposta da Associação é aglutinar forças para conseguir mudar a legislação sobre terrenos de marinha.

A meta, segundo Lyrio, é simplificar a documentação para aforamento dos terrenos dos proprietários que se en-

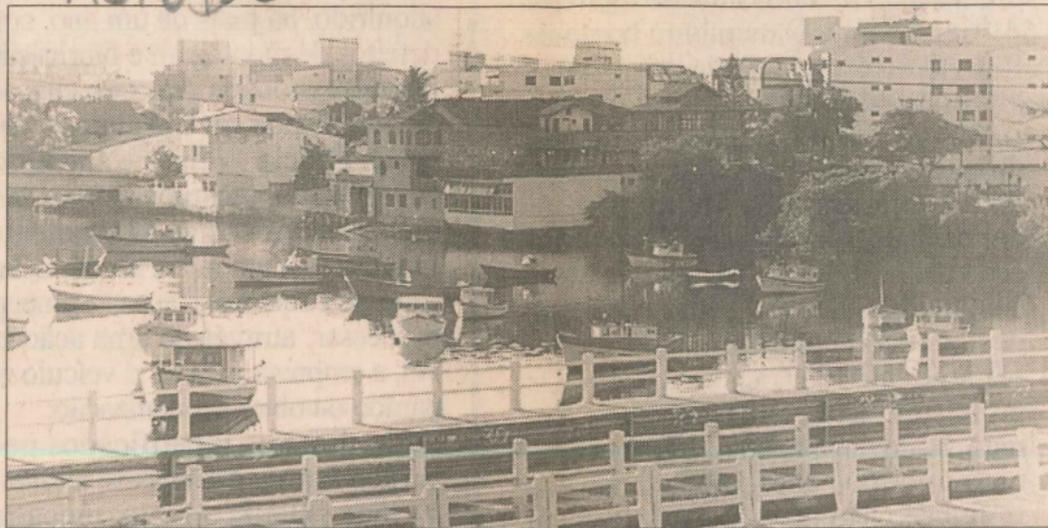


Foto de César Inácio Nunes

A associação vai tentar simplificar a documentação para aforar terrenos

contram hoje em situação de ocupantes, rever os critérios para cobrança da taxa anual dos terrenos aforados; de 0,6% sobre o valor do terreno, e garantir o não pagamento das taxas referentes aos anos anteriores ao credenciamento feito pela Delegacia

de Patrimônio da União (DPU).

Rocha explica que o cadastramento foi feito em 95, quando vários proprietários tomaram conhecimento de que teriam que pagar a taxa, mas a DPU fixou o pagamento retroativo a 86. A cobrança de laudêmio (5% do

valor do imóvel, em caso de venda) também é retroativa.

“Antes do cadastramento, havia 13 mil terrenos de marinha. Depois, subiu para 33 mil, sendo que a maioria nem sabia que seu terreno era de marinha”, explica Lyrio. O prazo para aforamento dos terrenos, fixado inicialmente para 5 de março, foi estendido até setembro, por pressão dos proprietários, já que a documentação é extensa.

Os moradores consideram a cobrança das taxas excessiva e criticam a forma como foi fixada a faixa de terreno de marinha. Lyrio afirma ter conhecimento de um morador que teve que pagar R\$ 10 mil no aforamento, com as taxas retroativas. Na condição de ocupante, a taxa cobrada anualmente pela União é ainda maior, de 5%.